

**TR - Termo de Referência**  
**Lei nº 14.133/2021**

As orientações para elaboração do TR se encontram em [FORMULÁRIOS](#) no Canal do Gestor de Contrato

**1. OBJETO**

☐ Prestação de serviço ou contrato de fornecimento

☒ Aquisição de bens de consumo ou patrimoniais

1.1. Descreva o objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de sistemas de alimentação de potência ininterrupta (*uninterruptible power supply* - UPS) de diversas potências, incluindo manutenção do UPS e do sistema de refrigeração da sala técnica, com reposição de peças e baterias.

**2. REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. ☒ Não se aplica. Trata-se de aquisição. **(Siga para o item 3. JUSTIFICATIVA);**

2.2. ☐ Em sendo serviço, verifique qual regime de execução é o mais adequado ao objeto a ser licitado:

2.2.1. ☐ empreitada por preço unitário

2.2.2. ☐ empreitada por preço global

2.2.3. ☐ empreitada por regime misto

**3. JUSTIFICATIVA**

3.1. Necessidade a ser suprida:

Substituição de 15 nobreaks centrais em 14 localidades por 13 nobreaks novos:

- Águas Claras: substituição de 1 nobreak;
- Bloco B: substituição de 2 nobreaks por 1 de maior capacidade;
- Blocos C/D: substituição de 2 nobreaks atuais pelo nobreak atualmente instalado em Ceilândia;
- Ceilândia: substituição de 1 nobreak (que será cedido aos Blocos C/D);
- Gráfica do Guará: substituição de 1 nobreak;
- Leal Fagundes Blocos 1: substituição de 1 nobreak;
- Leal Fagundes Blocos 2: substituição de 1 nobreak;

- Leal Fagundes Blocos 3: substituição de 1 nobreak;
- Leal Fagundes Blocos 4: substituição de 1 nobreak;
- Leal Fagundes Blocos 5 (Fórum da Família): substituição de 1 nobreak;
- Paranoá: substituição de 1 nobreak;
- Planaltina: substituição de 1 nobreak;
- Santa Maria: substituição de 1 nobreak.
- Vara da Infância e da Juventude: substituição de 1 nobreak.

Justificativas:

- **Obsolescência:** 14 equipamentos que serão substituídos têm entre 8 e 19 anos, para uma vida útil estimada de 15 anos (2251046). Além disso, o modelo do nobreak da Vara de Infância e da Juventude (o qual sofreu uma avaria) não recebe mais suporte do fabricante.
- **Fechamento de fábrica:** em 6 localidades os nobreaks são da marca CP Eletrônica, incluindo os nobreaks mais novos: Águas Claras e Planaltina. A fábrica da CP Eletrônica, empresa do grupo Schneider, fechou em janeiro de 2020 (2251088). Apesar da Schneider afirmar que continuará dando suporte e fornecendo peças para os equipamentos dessa marca, o que chega de informação ao NUMAE por meio das empresas de manutenção terceirizadas é que o acesso a certas peças de reposição só é dado às empresas ditas integradoras, parceiras da Schneider, inviabilizando certos consertos. Esse quadro é agravado pela crise mundial no fornecimento de dispositivos semicondutores, componentes amplamente utilizados nas placas eletrônicas dos nobreaks.
- **Superdimensionamento:** todos os nobreaks dessas localidades já estavam superdimensionados para as cargas de computadores antes da pandemia de Covid-19. Atualmente alguns nobreaks trabalham com uma carga menor do que 10% da sua potência nominal, em uma faixa de baixíssima eficiência energética. Como consequência, há desperdício de energia e gastos desnecessários com a manutenção elétrica, que é paga proporcionalmente à potência nominal dos equipamentos.
- **Possibilidade de padronização:** a compra padronizada dos equipamentos, a qual favorece maior desconto na licitação, flexibiliza o intercâmbio de equipamentos entre fóruns e facilita o trabalho de manutenção.

3.2. Da escolha pelo objeto: \_\_\_\_\_.

3.3. Do parcelamento, ou não, do objeto.

3.3.1.( ) adjudicação será por item

3.3.1.1. ( ) É viável a divisão do objeto em lotes:

( ) Sim. Detalhamento da divisão: \_\_\_\_\_.

( ) Não.

3.3.2.(X) adjudicação será por preço global, quando da inviabilidade do parcelamento devidamente justificada.

Justificativa técnica:

O posicionamento do NUMAE é pelo não parcelamento da solução por motivos econômicos, técnicos e administrativos:

- Com relação à questão econômica, a aquisição parcelada pode resultar em perda de economia de escala. Comprar um grande número de nobreaks de uma só vez pode levar a uma redução significativa no custo unitário, enquanto a compra parcelada pode não oferecer a mesma economia. O mesmo princípio se aplica à manutenção dos equipamentos. É evidente que haverá economia na contratação se uma única empresa der manutenção nos nobreaks dos cinco blocos do Complexo Criminal (Leal Fagundes), por exemplo, em comparação com a situação hipotética na qual diferentes empresas dividem essa tarefa.
- Do ponto de vista técnico, um parque de equipamentos mais homogêneo, com menos modelos diferentes, facilita a manutenção pela padronização das rotinas periódicas e pela maior previsibilidade de falhas. Além disso, permite a troca equipamentos entre fóruns ou a ligação de dois equipamentos em paralelo em caso de emergência, o que não se faz quando os nobreaks são de modelos diferentes.
- Por fim, a gestão contratual de vários contratos é uma atividade complexa que consome tempo precioso da equipe do NUMAE. Cada contrato deve ser gerenciado individualmente, incluindo o acompanhamento do cumprimento de prazos, a gestão de pagamentos e a resolução de quaisquer problemas que surjam. A

gestão de múltiplos contratos piora a qualidade da fiscalização, o que pode aumentar o risco de erros e atrasos. Os servidores do NUMAE já estão passando por grandes dificuldades para conciliar a gestão dos contratos existentes, as atividades administrativas e as atividades técnicas eventuais. Aumentar demasiadamente o número de contratos só pioraria a situação.

#### 4. CARACTERÍSTICA DA CONTRATAÇÃO

4.1. Trata-se de uma necessidade permanente e prolongada? (Serviço continuado)

4.1.1. (X) Não.

4.1.1.1. (X) Qual o tipo de objeto?

- a. (X) Bens comuns
- b. ( ) Serviços comuns de engenharia
- c. ( ) Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- d. ( ) Fornecimento

4.1.2. ( ) Sim. Justificar: \_\_\_\_\_.

4.1.2.1. Qual o tipo de objeto?

- a. ( ) Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- b. ( ) Serviços contínuos sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- c. ( ) Fornecimento contínuo

4.2. Qual o modo de disputa a ser adotado?

4.2.1. (X) aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

4.2.2. ( ) aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

#### 5. ORÇAMENTO ESTIMADO

5.1. Valor total estimado: R\$ 2.373.664,23 (dois milhões trezentos e setenta e três mil seiscentos e sessenta quatro reais e vinte e três centavos).

5.1.1. As memórias de cálculo e os documentos que justificam as quantidades estão anexados ao PA - Doc. SEI:

- pesquisa de preços dos itens 1 a 5: 3588560

- pesquisa de preços dos itens 6 a 10: 3588562

- pesquisa de preços dos itens 11 a 16: 3588573

- formação do preço de referência dos itens 6 a 10: 3933918

- formação de preço de referência dos itens 11 a 16: 3933931

- planilha de análise dos preços: 3934270.

#### 6. TRATAMENTO DIFERENCIADO – EXCLUSIVIDADE MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.1. Deve ser aplicado o tratamento diferenciado às ME's e EPP's, caso a contratação possibilite o tratamento diferenciado?

6.1.1. Não. Justificativa (art. 49, Lei Complementar nº 123/06):

a) ☐ Não há um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme demonstrado no doc. SEI \_\_\_\_\_.

b) ☐ O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não é vantajoso para a administração pública, conforme demonstrado no doc. SEI \_\_\_\_\_.

c) (X) O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, conforme demonstrado no item 3.3.2 deste Termo de Referência.

6.1.2. Sim. Considerações ao tratamento diferenciado às ME's e EPP's:

6.1.2.1. Há **item** ou **lote** com valor estimado de até R\$ 80.000,00?

a) ☐ Não.

b) ☐ Sim.

b1. Este item ou lote será exclusivo às ME/EPP?

I - ☐ Sim.

II - Não. Justificativa (art. 49, Lei Complementar nº 123/06):

II.A. ☐ O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não é vantajoso para a administração pública, conforme demonstrado no Doc. SEI \_\_\_\_\_.

II. B. ☐ O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, conforme demonstrado no Doc. SEI \_\_\_\_\_.

6.1.2.2. Há item concernente à aquisição de bens, independentemente do valor?

a) ☐ Não. Prossiga para o item 7 - Critério de julgamento das propostas

b) ☐ Sim.

b1. Este item é divisível?

I - ☐ Não. Prossiga para o item 7 - Critério de julgamento das propostas

II - ☐ Sim. Considerações:

II.A. Sendo assim, é possível definir para o certame a cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte (art. 48, III, LC 123/06)?

a. ☐ Sim.

b. Não. Justificativa (art. 49, Lei Complementar nº 123/06):

b.1. ☐ O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não é vantajoso para a administração pública, conforme demonstrado no Doc. SEI \_\_\_\_\_.

b.2. ☐ O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de

pequeno porte representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, conforme demonstrado no Doc. SEI \_\_\_\_\_.

## 7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Critério de Julgamento das Propostas	Modalidade aplicável
Menor preço	Pregão e Concorrência
Maior desconto	Pregão e Concorrência
Melhor técnica ou conteúdo artístico	Concurso e Concorrência
Técnica e preço	Diálogo competitivo e Concorrência
Maior retorno econômico	Diálogo competitivo e Concorrência

7.1. ☒ Menor preço global

7.2. ☐ Maior desconto

7.3. ☐ Melhor técnica ou conteúdo artístico

7.4. ☐ Técnica e preço

7.5. ☐ Maior retorno econômico

## 8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 67 E 69, LEI Nº 14.133/2021)

8.1. Há requisitos previstos em lei especial?

☐ Não.

☒ Sim. Informar, detalhadamente, a previsão legal vigente (lei, artigo, inciso, parágrafo).

### 8.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

8.2.1. A complexidade da contratação exige a demonstração da capacidade técnica por meio de atestados ou declarações que comprovem ter a licitante fornecido o material/prestado o serviço?

8.2.1.1. ☒ Sim. Informações indispensáveis:

a) Detalhar as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, sendo que, para serem consideradas de valor significativo, deverão ter o valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação: LOTE 1.

Sugestão para o item: Um ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica, emitidos por entidades da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada, lavrado(s) e assinado(s) por servidor/funcionário competente do respectivo órgão ou empresa, que comprovem ter a licitante fornecido e instalado nobreak trifásico de, no mínimo, 10 kVA.

b) Para comprovação da quantidade mínima, será admitido o somatório de atestados?

b.1) (X) Sim (é a regra). Prossiga para o subitem 8.3 - qualificação técnico-profissional.

b.2) ( ) Não (exceção). Justificar:\_\_\_\_\_.

8.2.1.2. ( ) Não, porque o objeto a ser licitado possui valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral.

8.2.1.3. ( ) Não, pois o objeto a ser licitado se enquadra como uma contratação para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento.

8.2.1.4. ( ) Não. Outros. Justificar:\_\_\_\_\_.

8.2.1.5. ( ) No âmbito de serviços contínuos, se for o caso, informar o prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos, em períodos sucessivos, ou não, da execução de serviços similares ao objeto da licitação.

I - \_\_\_\_meses

II - \_\_\_\_anos

### 8.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL, ao tempo da contratação

8.3.1.A complexidade da contratação exige a apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente?

8.3.1.1. ( ) Não. Prossiga para o subitem 8.4.

8.3.1.2. (X) Sim. Informações indispensáveis:

a) Informar qual(is) conselho(s) será(ão) esse(s): Conselho de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) da região a que estiver vinculada.

b) Informar qual(is) profissional(is) será(ão) esse(s): engenheiro eletricista ou eletrotécnico.

c) Informar o respaldo legal vigente para essa exigência:

Eventuais problemas técnicos mais complexos que podem ocorrer durante a execução do contrato exigem conhecimento técnico que só é aprendido nas carreiras especializadas na eletrotécnica ou engenharia elétrica.

Conforme Resolução CONFEA 218/73 e Decreto 90.922/85, compete aos profissionais que trabalham na área elétrica a coordenação e a instalação de equipamentos elétricos, dentre os quais podem ser considerados os nobreaks dos sistemas de alimentação de potência ininterrupta. Paralelamente, conforme exigência da lei 6.839/80, as empresas que realizam esses serviços devem ser registradas no CREA ou no CFT.

d) Mediante justificativa técnica objetiva, informar, quando for o caso, quais as características mínimas semelhantes à execução do serviço a serem exigidas desses profissionais, para fins de contratação:

Fornecimento e instalação de nobreak trifásico.

### 8.X. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL, ao tempo do envio das propostas:

Declaração datada e assinada pelo responsável legal da empresa de que a licitante disporá ao tempo da contratação, profissional para acompanhar a execução dos serviços, bem como pessoal técnico especializado, conforme os parâmetros descritos na alínea d do subitem 8.3.1.2.

8.4. Necessidade de registro ou inscrição da licitante em entidade profissional competente, que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação

8.4.1.( ) Não.

8.4.2.(X) Sim. Justificar: Por se tratar de serviço técnico complexo, que envolve atividades afetas à eletrotécnica e

engenharia elétrica, e cuja falha na execução poderá ensejar o cancelamento do expediente nos fóruns, é indispensável que tanto a pessoa jurídica como o responsável técnico sejam registrados perante o CREA ou CFT, nos termos autorizados pelo art. 67, V, da Lei de Licitações.

## 8.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.5.1. Certidão negativa de falência ou, de insolvência civil, no caso de pessoa física, expedida pelo distribuidor da sede do proponente, em plena validade.

8.5.2. Comprovação de capital social mínimo **ou** patrimônio líquido não inferior a 10% do valor estimado para a contratação, quando os índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente forem iguais ou inferiores a 1.

8.5.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.5.3.1. Capital Circulante Líquido – CCL ou Capital de Giro (ativo circulante – passivo circulante) no valor mínimo de 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação, e

8.5.3.2. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante

Observação: Os requisitos previstos no subitem 8.5. serão utilizados, por padrão, nos editais de licitação, sendo que o subitem 8.5.3. aplica-se aos serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Terceirização.

## 9. VISTORIA TÉCNICA PRÉVIA

9.1. ( ) Não há necessidade. Prossiga para o item 10 - Descrição do Material/Serviço.

9.2. (X) Vistoria prévia facultativa. Requer detalhamento do procedimento (**subitem 9.4**).

9.3. ( ) Vistoria é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. Requer detalhamento do procedimento (**subitem 9.4**).

9.3.1. ( ) O edital de licitação deverá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.4. Detalhamento do procedimento de vistoria

9.4.1. Servidor responsável pelo acompanhamento da vistoria:

9.4.1.1. Nome e matrícula: Frederico Branquinho Teixeira, matrícula 319.338.

9.4.1.2. Formas de contato:

a) telefone: (61) 3103-4647.

b) e-mail: numae@tjdft.jus.br

c) horário de atendimento para o agendamento da vistoria: de segunda a sexta-feira, no horário das 12 horas às 19 horas.

d) outros: \_\_\_\_\_

9.4.2. Dias da semana de realização da vistoria:

9.4.2.1. (X) de segunda a sexta-feira

9.4.2.2. ( ) todos os dias

9.4.2.3. ( ) exceto feriado

9.4.2.4. ( ) inclusive feriado

9.4.2.5. ( ) inclusive finais de semana

9.4.2.6. ( ) no horário das \_\_\_\_\_ horas às \_\_\_\_\_ horas.

9.4.3.Local da vistoria:

Nobreaks	Endereço
Fórum de Águas Claras	Quadra 202, lote 01, Águas Claras/DF. CEP: 71937-720.
Bloco B da Sede do TJDF	Praça Municipal, Lote 01, Bloco B, Brasília/DF. CEP: 70.094-900.
Fórum de Ceilândia	QNM 11, Área Especial 01, Ceilândia Centro/DF. CEP: 72215-110.
Gráfica do Guará	SRIA, Área Especial 08, Lote F, Bloco 1, Térreo, Ala A, Sala 01, Guará II/DF - CEP: 71070-667.
Leal Fagundes Bloco 01	SMAS Trecho 4, Lote 04/06, Brasília/DF. CEP: 70610-906.
Leal Fagundes Bloco 02	
Leal Fagundes Bloco 03	
Leal Fagundes Bloco 04	
Leal Fagundes Bloco 05	SMAS Trecho 4, Lote 04/06, Brasília/DF. CEP: 72215-300.
Fórum do Paranoá	Quadra 3, Área Especial 2, Paranoá/DF. CEP: 71570-030.
Fórum de Planaltina	Avenida W/L2, Setor Administrativo, Lote 720, Planaltina/DF. CEP: 73310-900.
Fórum de Santa Maria	Q.211, Conjunto A, Lote 01, Santa Maria/DF. CEP: 72511-100.
Vara de Infância e Juventude	SGAN 916, Módulo F, Asa Norte - Brasília/DF - CEP: 70790-166.

9.4.4.Informações adicionais: \_\_\_\_\_

## 10. DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO - VALOR ESTIMADO DETALHADO E QUANTITATIVO

10.1. Especificação detalhada do material:

GRUPO	ITENS	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE DE MESES	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITO PELO TJDF	VALOR TOTAL MÁXIMO A SER ACEITO PELO TJDF
	1	Fornecimento de sistema de alimentação de potência ininterrupta ( <i>uninterruptible power supply</i> - UPS) de 10 kVA	415840	UNIDADE	1	N/A	R\$ 34.028,85	R\$ 34.028,85
	2	Fornecimento de sistema de alimentação de potência ininterrupta ( <i>uninterruptible power supply</i> - UPS) de 25 kVA	321238	UNIDADE	8	N/A	R\$ 49.999,89	R\$ 399.999,12
	3	Fornecimento de sistema de alimentação de potência ininterrupta ( <i>uninterruptible power supply</i> - UPS) de 30 kVA	321238	UNIDADE	1	N/A	R\$ 54.578,00	R\$ 54.578,00
	4	Fornecimento de sistema de alimentação de potência ininterrupta ( <i>uninterruptible power supply</i> - UPS) de 50 kVA	293479	UNIDADE	2	N/A	R\$ 277.782,03	R\$ 555.564,06

1	5	Fornecimento de sistema de alimentação de potência ininterrupta ( <i>uninterruptible power supply</i> - UPS) de 200 kVA	416451	UNIDADE	1	N/A	R\$ 673.003,54	R\$ 673.003,54
	6	Manutenção <b>mensal</b> de UPS - de 10 kVA, com reposição de peças e baterias.	2658	UNIDADE	1	57	R\$ 193,70	R\$ 11.040,90
	7	Manutenção <b>mensal</b> de UPS - de 25 kVA, com reposição de peças e baterias.	2658	UNIDADE	8	57	R\$ 484,25	R\$ 220.818,00
	8	Manutenção <b>mensal</b> de UPS - de 30 kVA, com reposição de peças e baterias.	2658	UNIDADE	1	57	R\$ 581,10	R\$ 33.122,70
	9	Manutenção <b>mensal</b> de UPS - de 50 kVA, com reposição de peças e baterias.	2658	UNIDADE	2	57	R\$ 968,50	R\$ 110.409,00
	10	Manutenção <b>mensal</b> de UPS - de 200 kVA, com reposição de peças e baterias.	2658	UNIDADE	1	57	R\$ 3.874,00	R\$ 220.818,00
	11	Manutenção <b>mensal</b> de sistema de refrigeração da sala técnica, com reposição de peças: ACJ de capacidade 10.500 BTU/h.	2801	UNIDADE	2	57	R\$ 16,98	R\$ 1.935,72
	12	Manutenção <b>mensal</b> de sistema de refrigeração da sala técnica, com reposição de peças: ACJ de capacidade 18.000 BTU/h.	2801	UNIDADE	5	57	R\$ 29,11	R\$ 8.296,35
	13	Manutenção <b>mensal</b> de sistema de refrigeração da sala técnica, com reposição de peças: ACJ de capacidade 21.000 BTU/h.	2801	UNIDADE	9	57	R\$ 33,96	R\$ 17.421,48
	14	Manutenção <b>mensal</b> de sistema de refrigeração da sala técnica, com reposição de peças: Split de capacidade 18.000 BTU/h.	2801	UNIDADE	7	57	R\$ 29,11	R\$ 11.614,89
	15	Manutenção <b>mensal</b> de sistema de refrigeração da sala técnica, com reposição de peças: Split de capacidade 22.000 BTU/h.	2801	UNIDADE	6	57	R\$ 35,57	R\$ 12.164,94
	16	Manutenção <b>mensal</b> de sistema de refrigeração da sala técnica, com reposição de peças: Split de capacidade 24.000 BTU/h.	2801	UNIDADE	4	57	R\$ 38,81	R\$ 8.848,68
<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO DO GRUPO 1</b>								<b>R\$ 2.373.664,23</b>

10.1.1. Para calcular os valores da coluna **VALOR TOTAL MÁXIMO A SER ACEITO PELO TJDF** para

cada subitem:

- Subitens do Item 1: multiplicar os valores da coluna **VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITO PELO TJDF** pela quantidade indicada na coluna **QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS**;
- Subitens dos Itens 2 e 3: multiplicar os valores da coluna **VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITO PELO TJDF** pela quantidade indicada na coluna **QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS** e pela quantidade indicada na coluna **QUANTIDADE DE MESES**.

#### 10.2. Especificação do serviço

10.2.1. Nas contratações de serviço por resultado, quando for o caso, elaborar o Índice de Medição de Resultado – IMR: Vide Caderno de Especificações Técnicas III (3588171).

10.2.2. Modelo de Gestão do Contrato: Vide Caderno de Especificações Técnicas III (3588171).

10.2.3. Detalhamento da prestação do serviço (local, condições, descrição, etc.): Vide anexo Vide Caderno de Especificações Técnicas III (3588171).

10.2.4. Unidade a ser considerada (frasco, m², hora....): não se aplica.

10.2.5. Quantitativos: não se aplica.

Outras: Os pagamentos referentes a cada UPS serão realizados conforme cronograma de desembolso:

<b>Etapas</b>	<b>Atividade</b>	<b>Pagamento</b>
1	Fornecimento, instalação e comissionamento do UPS	Item 1
2	Serviço de manutenção mensal do UPS e dos aparelhos de ar-condicionado da sala técnica, a ser dividido em 57 parcelas, nos termos do Índice de Medição de Resultado (IMR)	Itens 2 e 3

Para mais detalhes acerca da execução das etapas 1 a 3, vide Cadernos de Especificação Técnica I, II e III (3588090, 3588156 e 3588171).

10.2.6. Com relação às etapas descritas na tabela do subitem 10.2.5., a etapa 1 iniciar-se-á a partir do envio da ordem de serviço/fornecimento e as etapas 2 e 3 iniciar-se-ão a partir do envio do termo de recebimento provisório à CONTRATADA.

### 11. PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS)

11.1. ( ) Não se aplica. Justificar: \_\_\_\_\_.

11.2. (X) Apresentado em documento anexo (doc. SEI 3588560, 3588562, 3588573, 3933918, 3933931 e 3934270).

### 12. VIGÊNCIA DO CONTRATO

#### Da substituição do contrato por nota de empenho de despesa

12.1. ( ) Com base no Artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, a contratação, em decorrência de *consistir na compra de bens com entrega imediata e integral e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica admite a substituição do instrumento de contrato por nota de empenho de despesa.*

#### Da utilização do instrumento de contrato

#### **- Do prazo inicial de vigência contratual**

12.2. Considerando a imprescindibilidade de haver o instrumento de contrato, o seu prazo de vigência será de:

12.2.1. ( ) 12 (doze) meses. Prosseguir para o item 13 - Reajuste.

Observação: a Administração considerará esse prazo, para toda e qualquer contratação de até 12 meses.

**12.2.2. (X) mais de 12 meses até 05 anos. (Para serviços e fornecimentos contínuos).**

12.2.2.1. Indicar o prazo:

**I - 5 anos**

II - \_\_\_\_\_ meses

**- Da prorrogação do prazo de vigência contratual**

12.3. (X) Não prorrogável

**12.4. ( ) Prorrogável**

**Observação:** os contratos de serviços ou fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente até que atinjam o tempo máximo de 10 anos de vigência, somados aqui o prazo inicial e as sucessivas prorrogações. Para tanto, os prazos deverão constar em edital e, a cada prorrogação, ser atestado que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

**- Da Justificativa**

12.5. A unidade técnica deve justificar de modo claro e objetivo a vantagem econômica na realização da contratação plurianual, nos moldes apresentados, a qual será submetida à autoridade competente para ateste. **Justificativa:**

Haja vista a natureza "mista" do objeto, contendo uma parcela financeira maior de aquisição e uma parcela menor de serviço contínuo de manutenção, a utilização de um de prazo contratual de 5 anos é de grande utilidade para a Administração.

Isso porque normalmente o fornecedor do UPS é o seu fabricante, o qual contém maior know-how para manutenção dos equipamentos. A contratação da manutenção por outras empresas, por histórico dos contratos antigos do TJDFT, pode acarretar grandes dificuldades no conserto dos equipamentos, uma vez que os fornecedores nem sempre fornecem componentes para empresas não parceiras ou concorrentes.

12.6. No caso de objeto por escopo, a vigência será compatível com a lógica de execução contratual e por isso, terá a duração de:

12.6.1. \_\_\_\_ meses;

12.6.2. \_\_\_\_ anos.

## **13. REAJUSTE**

13.1. Em regra, o TJDFT adota o teor a seguir disponibilizado. Após sua análise, a unidade técnica requisitante deve avaliar se esse conteúdo atende, ou torna-se necessário previsão específica, em decorrência do objeto a ser contratado.

### **CONTEÚDO PADRÃO**

O reajuste de preços obedecerá ao disposto nas Leis nº 8.383/91, 9.069/95 e 10.192/01, utilizando-se como índice o **IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A periodicidade para o cálculo do reajuste é anual e terá como data-base o orçamento estimado, cuja data é \_\_/\_\_/\_\_ (conforme mapa condensado, doc. \_\_\_\_).

O reajuste será concedido de ofício pelo **CONTRATANTE**, admitindo-se renúncia expressa por parte da **CONTRATADA**.

O **CONTRATANTE** providenciará a prévia oitiva da **CONTRATADA** quanto ao interesse, ou não, no reajustamento.

Poderão ser aplicados índices negativos no período em que houver deflação.

13.2. (X) o conteúdo padrão adotado pelo TJDFT **atende** às expectativas.

13.3. ( ) o conteúdo padrão adotado pelo TJDFT **não atende** às expectativas.

13.3.1. Conteúdo proposto a respeito de reajuste: \_\_\_\_\_

#### 14. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO MATERIAL/EXECUÇÃO DO SERVIÇO

##### 14.1. AQUISIÇÃO

14.1.1. Endereço completo do local de entrega do material:

Subitem	Nobreaks	Endereço
2.2	Fórum de Águas Claras	Quadra 202, lote 01, Águas Claras/DF. CEP: 71937-720.
2.5	Bloco B da Sede do TJDFT	Praça Municipal, Lote 01, Bloco B, Brasília/DF. CEP: 70.094-900.
2.4	Fórum de Ceilândia	QNM 11, Área Especial 01, Ceilândia Centro/DF. CEP: 72215-110.
2.1	Gráfica do Guarã	SRIA, Área Especial 08, Lote F, Bloco 1, Térreo, Ala A, Sala 01, Guarã II/DF - CEP: 71070-667.
2.2	Leal Fagundes Bloco 01	SMAS Trecho 4, Lote 04/06, Brasília/DF. CEP: 70610-906.
2.2	Leal Fagundes Bloco 02	
2.2	Leal Fagundes Bloco 03	
2.2	Leal Fagundes Bloco 04	
2.3	Leal Fagundes Bloco 05	SMAS Trecho 4, Lote 04/06, Brasília/DF. CEP: 72215-300.
2.2	Fórum do Paranoá	Quadra 3, Área Especial 2, Paranoá/DF. CEP: 71570-030.
2.2	Fórum de Planaltina	Avenida W/L2, Setor Administrativo, Lote 720, Planaltina/DF. CEP: 73310-900.
2.2	Fórum de Santa Maria	Q.211, Conjunto A, Lote 01, Santa Maria/DF. CEP: 72511-100.
2.4	Vara de Infância e da Juventude	SGAN 916, Módulo F, Asa Norte, Brasília/DF - CEP: 70790-166.

14.1.2. Prazo objetivo de entrega do material:

14.1.2.1. \_\_\_\_ horas, contado da solicitação formal do TJDFT;

14.1.2.2. 90 dias, contado da solicitação formal do TJDFT;

I - ☐ úteis;

II - ☒ corridos - não úteis

14.1.2.3. \_\_\_\_\_ meses, contado da solicitação formal do TJDFT;

14.1.3. Condições de entrega:

14.1.3.1. ☒ de segunda a sexta-feira

14.1.3.2. ☐ todos os dias

14.1.3.3. ☐ exceto feriado

14.1.3.4. ☐ inclusive feriado

14.1.3.5. ☐ inclusive finais de semana

14.1.3.6. ☒ no horário das 8 horas às 11 horas.

14.1.3.7. Outros: \_\_\_\_\_

## 14.2. INSTALAÇÃO

14.2.1. Endereço completo do local de instalação do material: \_\_\_\_\_

14.2.2. Prazo objetivo de instalação do material:

14.2.2.1. \_\_\_\_\_ horas, contado da solicitação formal do TJDFT;

14.2.2.2. 5 dias, contado da solicitação formal do TJDFT;

I - ☐ úteis;

II - ☒ corridos - não úteis

14.2.2.3. \_\_\_\_\_ meses, contado da solicitação formal do TJDFT;

14.2.3. Condições a serem consideradas quanto à instalação:

14.2.3.1. ☒ de segunda a sexta-feira

14.2.3.2. ☐ todos os dias

14.2.3.3. ☐ exceto feriado

14.2.3.4. ☐ inclusive feriado

14.2.3.5. ☐ inclusive finais de semana

14.2.3.6. ☒ no horário das 8 horas às 19 horas.

14.2.3.7. Outros: \_\_\_\_\_

## 14.3. SERVIÇOS

**Serviço de manutenção conforme Caderno de Especificações Técnicas III (3588171).**

14.3.1. Endereço completo do local de realização do serviço: Idem 14.1.1.

14.3.2. Prazo objetivo de início do serviço:

14.3.2.1. \_\_\_\_\_ horas, contado da solicitação formal do TJDFT;

14.3.2.2. \_\_\_\_\_ dias, contado da solicitação formal do TJDFT;

I - ( ) úteis;

II - ( ) corridos - não úteis

14.3.2.3. \_\_\_\_\_ meses, contado da solicitação formal do TJDFT;

14.3.3. Prazo objetivo de conclusão do serviço:

14.3.3.1. \_\_\_\_\_ horas, contado da solicitação formal do TJDFT;

14.3.3.2. \_\_\_\_\_ dias, contado da solicitação formal do TJDFT;

I - ( ) úteis;

II - ( ) corridos - não úteis

14.3.3.3. \_\_\_\_\_ meses, contado da solicitação formal do TJDFT;

14.3.3.4. \_\_\_\_\_ ano, contado da solicitação formal do TJDFT.

14.3.4. Condições da execução do serviço:

14.3.4.1. ( ) de segunda a sexta-feira

14.3.4.2. ( ) todos os dias

14.3.4.3. ( ) exceto feriado

14.3.4.4. ( ) inclusive feriado

14.3.4.5. ( ) inclusive finais de semana

14.3.4.6. ( ) no horário das \_\_\_\_\_ horas às \_\_\_\_\_ horas.

14.3.4.7. Outros: \_\_\_\_\_

## 15. MODELOS DE ORDEM DE SERVIÇO (CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO) E DE ORDEM DE FORNECIMENTO

15.1. ( ) Não se aplica.

15.2. (x) Apresentado em documento anexo:

Ordem de Fornecimento (doc. SEI 2968581).

Ordem de Serviço (doc. SEI 2968569).

## 16. RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

16.1. Unidade Técnica responsável por acompanhar e fiscalizar o recebimento do objeto: NUMAE.

16.1.1. 16.1.1. Prazo para o recebimento provisório: 7 dias, contado da entrega do objeto.

I - ( ) úteis;

II - (X) corridos - não úteis

16.1.2. Prazo para o recebimento definitivo: 7 dias, contado do recebimento provisório.

I - ( ) úteis;

II - (X) corridos - não úteis

## **16.2. Recusa do objeto**

16.2.1. ( ) Não se aplica.

16.2.2. (X) Acontecerá nos seguintes casos:

16.2.2.1. Forem entregues com as especificações técnicas em desacordo com as contidas na proposta;

16.2.2.2. Apresentarem mais de 3 problema(s) até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

16.2.2.3. outros: \_\_\_\_\_

16.2.2.4. Prazo de reposição do objeto/reparação do serviço recusado:

16.2.2.5. \_\_\_\_ horas, a partir da comunicação formal do TJDFT;

16.2.2.6. 3 dias, a partir da comunicação formal do TJDFT;

I - (X) úteis;

II - ( ) corridos - não úteis

16.2.2.7. \_\_\_\_ meses, a partir da comunicação formal do TJDFT;

16.3. 16.3. Contato do servidor para quaisquer dúvidas e esclarecimentos técnicos:

16.3.1. Nome e matrícula: Frederico Branquinho Teixeira

16.3.2. Telefone: (61) 3103-4647

16.3.3. E-mail: frederico.branquinho@tjdft.jus.br

16.3.4. Horário de atendimento: 12h às 19h.

16.3.5. Outros: \_\_\_\_\_

## **17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

17.1. São obrigações da contratada:

1. Fornecer os equipamentos e materiais e realizar os serviços de acordo com as exigências dos cadernos de especificações técnicas anexos.
2. Fornecer equipamentos e materiais novos, assim considerados de primeiro uso.
3. Indicar em até 5 (cinco) dias após a publicação do contrato, mediante ofício a ser apresentado ao Tribunal, o preposto do contrato.
4. Registrar junto ao CREA/DF duas ARTs: uma referente às instalações e outra referente à manutenção, e apresentar ao Contratante no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação do Contrato.
5. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados nos termos da legislação vigente;
6. Manter a disciplina nos locais dos serviços, retirando imediatamente após notificação, qualquer empregado com conduta inconveniente para Administração;
7. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os por meio de crachás, com fotografia recente;
8. Prover aos seus colaboradores os EPIs e EPCs apropriados para atividades elétricas;
9. Efetuar a limpeza dos locais de instalação e execução dos serviços, inclusive com remoção, transporte e descarte adequado de materiais consumidos.
10. Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal ou do Distrito Federal, as normas de segurança da Contratante;
11. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços;
12. Arcar com o pagamento de quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Contratante por autoridade competente, em decorrência da inobservância por parte de seus empregados, dos postulados legais vigentes de âmbito federal e/ou do Distrito Federal;

13. Enviar até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, a nota fiscal correspondente aos serviços executados.

## 18. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1. São obrigações do contratante:

1. Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da Contratada, dando-lhe acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus servidores e os profissionais da equipe técnica da Contratada.
2. Acompanhar a execução dos fornecimentos e serviços objeto do edital e seus anexos.
3. Exercer a fiscalização dos serviços.
4. Prestar à Contratada informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos serviços contratados.
5. Autorizar a saída de equipamentos das instalações físicas do TJDF, por meio da emissão de Termo de Remoção/Saída de Equipamentos.
6. Receber e atestar as faturas, bem como anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário para a perfeita regularização das faltas ou deficiências observadas.
7. Enviar à Contratada o FPM referente ao mês anterior até o segundo dia útil do mês.

## 19. PRAZO DE GARANTIA

**Conforme Caderno de Especificações Técnicas III - Garantia e Manutenção (3588171).**

19.1. ( ) \_\_\_ meses, contado a partir do recebimento definitivo do objeto por parte do TJDF.

19.2. ( ) \_\_\_ anos, contado a partir do recebimento definitivo do objeto por parte do TJDF.

19.3. ( ) A garantia será a do fabricante.

19.4. ( ) A garantia será "on site".

19.4.1. Condições de garantia: \_\_\_\_\_

19.5. ( ) Outro: \_\_\_\_\_.

19.6. ( ) Não se aplica.

## 20. PRAZO DE VALIDADE DO MATERIAL

20.1. ( ) \_\_\_ meses, contado a partir do recebimento definitivo do objeto por parte do TJDF.

20.2. ( ) \_\_\_ anos, contado a partir do recebimento definitivo do objeto por parte do TJDF.

20.3. ( ) Outro: \_\_\_\_\_.

20.4. (X) Não se aplica.

## 21. SUSTENTABILIDADE

21.1. ( ) Econômica, se for o caso: \_\_\_\_\_

21.2. (X) Ambiental, se for o caso:

Item 3.10.5. do Caderno de Especificações Técnicas I (3588090):

*"Ruído audível: ≤ 65 dBA a 1 metro de distância do equipamento com 100% da carga."*

Item 4.30.2. do Caderno de Especificações Técnicas III (3588171):

*"A contratada deverá apresentar provas de descarte ambientalmente sustentável das baterias substituídas, conforme legislação ambiental."*

#### OUTROS:

1. As compras públicas sustentáveis devem ser norteadas pelos conceitos de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável.

2. A Portaria GPR 1558 de 29 de agosto de 2016 do TJDF, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental e econômica na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, locação de máquinas e equipamentos consumidores de energia e sobre o uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF. Para esta contratação, serão exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

2.1 Acondicionamento dos bens, preferencialmente, em embalagem adequada, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

2.2 Para o nobreak: não existência de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva Restriction of Certain Hazardous Substances - RoHS, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

2.3 A comprovação do disposto acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou mediante outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre as exigências do edital.

2.4 O edital poderá estabelecer que, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada, devendo prever ainda que, caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

21.3. ( ) Social, se for o caso: \_\_\_\_\_

21.4. ( ) Outros \_\_\_\_\_

21.5. ( ) Não se aplica. Justificativa: \_\_\_\_\_

## 22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. As sanções previstas na [Portaria GPR 75 de 14 de janeiro de 2022](#), por si só, são suficientes para a fiscalização e controle do objeto a ser contratado?

22.1.1. (X) Sim.

#### Considerações:

22.1.1.1. Especificação objetiva das condutas e dos percentuais de multa compensatória para eventuais infrações de inexecução parcial ou total por parte do particular, conforme determinam os §§ 2º e 3º do artigo 23 da [Portaria GPR 75/2022](#), que estabelece os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei n. 14.133/2021, pois da forma como previsto (até 20% na inexecução parcial e até 30% na inexecução total), gera um elevado grau de subjetivismo, prejudicando a regular instrução de eventual procedimento deflagrado para a aplicação de penalidade, **não sendo suficiente a mera reprodução integral dos dispositivos constantes do normativo interno.**

a. Considerando a complexidade e características do objeto a ser contratado, a inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de \_\_\_\_\_% sobre o valor da parcela não cumprida, nos termos definidos no Aviso de Contratação Direta, com os parâmetros estabelecidos no § 1º do art. 3º desta Portaria.

Obs.: O percentual a ser considerado deve respeitar o limite máximo de 20%.

b. Considerando a complexidade e características do objeto a ser contratado, a inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de \_\_\_\_\_%, a ser calculada sobre o valor total do contrato, nos termos definidos no Aviso de Contratação Direta, com os parâmetros estabelecidos no § 1º do art.

3º desta Portaria.

Obs.: O percentual a ser considerado deve respeitar o limite máximo de 30%.

22.1.2. ( ) Não. Em razão da complexidade e das características do objeto a ser contratado e verificando a necessidade de detalhamento de condutas específicas e respectivos percentuais de multa compensatória para eventuais infrações de inexecução parcial ou total por parte do particular, cabe à unidade técnica demandante estabelecer as considerações do quadro a seguir:

CONDUTAS ESPECÍFICAS		
O descumprimento <b>parcial</b> injustificado das condições estabelecidas na proposta comercial no presente instrumento resultará em aplicação de multa compensatória <u>no percentual de até 20% do valor da parcela não cumprida, nas hipóteses descritas abaixo:</u> (TEOR EXEMPLIFICATIVO)		
01	Indisponibilidade parcial do serviço, até 05 dias.	5%
02	Indisponibilidade parcial do serviço, mais de 05 dias até 10 dias.	10%
03	Reincidência na indisponibilidade parcial do serviço em menos de 30 dias da última ocorrência	6%
04	Indisponibilidade total do serviço, até 05 dias.	15%
05	.....	.....
Configurainexecução <b>totale</b> ensejará em <b>rescisão do contrato</b> , bem como a aplicação de <b>multa compensatória de 30%</b> do valor do contrato, as hipóteses descritas abaixo: (TEOR EXEMPLIFICATIVO)		
06	Indisponibilidade total ou parcial do serviço por mais de 10 dias	30%
07	Não atualização do serviço por mais de 30	28%
08	.....	.....
Observação: As multas compensatórias podem ser aplicadas individual ou cumulativamente		

## 23. CONSÓRCIO

23.1. (X) Será possível a participação de consórcios de empresa. Justificativa:

A participação em um consórcio permite que as empresas combinem seus recursos e habilidades para fornecer uma solução mais abrangente e completa para o órgão público. Na contratação em vista, é possível dividir entre duas empresas as responsabilidades pelo fornecimento dos equipamentos e pela sua manutenção.

23.2. ( ) Não será possível a participação de consórcios de empresa. Justificativa: \_\_\_\_\_

## 24. GARANTIA CONTRATUAL

24.1. (X) Não se aplica.

24.2. ( ) Aplica. Ponderações:

24.2.1. ( ) Será exigido o seguro-garantia no percentual de 5 % sobre o valor inicial do contrato.

24.2.2. Justificativa a demonstrar a necessidade e a adequação da medida imposta, inclusive em face das possíveis alternativas (e observados os critérios de adequação, proporcionalidade e de razoabilidade):

## 25. PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

25.1. ( ) É viável a participação de pessoa física.

25.2. (X) Não é viável a participação de pessoa física. Justificativa:

o fornecimento dos UPSs e posterior serviço de manutenção é inexecutável por pessoa física. A licitação exige que os participantes tenham certificações ou qualificações técnicas específicas para fornecer os produtos solicitados. Esses requisitos são praticamente impossíveis de serem alcançados por uma pessoa física, que pode não ter a experiência ou recursos necessários para cumprir os padrões técnicos exigidos.

## 26. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

26.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços?

26.1.1. (X) Não.

26.1.2. ( ) Sim. Dadas as características do bem ou serviço, há a necessidade de contratações frequentes;

Motivação técnica a justificar a opção:\_\_\_\_\_.

26.1.3. ( ) Sim. Por ser mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários ao TJDFR para o desempenho de suas atribuições;

Motivação técnica a justificar a opção:\_\_\_\_\_.

26.1.4. ( ) Sim. Por ser mais conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para o atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

Motivação técnica a justificar a opção:\_\_\_\_\_.

26.1.5. ( ) Sim. Devido à natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelo TJDFR.

Motivação técnica a justificar a opção:\_\_\_\_\_.

26.2. O objeto a ser licitado se refere a serviço comum de engenharia?

26.2.1. ( ) Não.

26.2.2. ( ) Sim. Nesse caso, atende aos seguintes requisitos cumulativos? (Na falta de algum deles, não será possível adotar o SRP)

26.2.2.1. ( ) Há projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

26.2.2.2. ( ) Há a necessidade permanente ou frequente do serviço a ser contratado.

26.3. Será dispensada a divulgação da Intenção de Registro de Preço – IRP?

26.3.1. ( ) Não. Justificativa técnica:\_\_\_\_\_.

26.3.2. ( ) Sim. Justificativa técnica:\_\_\_\_\_.

26.4. Haverá previsão para adesão de órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços gerenciada pelo TJDF?T?

26.4.1. ( ) Não. Justificativa técnica:\_\_\_\_\_.

26.4.2. ( ) Sim. Justificativa técnica:\_\_\_\_\_.

## 27. AMOSTRA

27.1. Haverá a necessidade de efetivar o procedimento de amostra?

27.1.1. (X) Não. Prossiga para o **item 28 - Subcontratação**.

27.1.2. ( ) Sim.

27.1.2.1. Justificativa técnica a comprovar, objetivamente, a causa de se optar pelo procedimento de amostra:  
\_\_\_\_\_.

27.1.2.2. Definição de critérios objetivos:

a) Endereço completo do local para que o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar possa entregar a amostra:\_\_\_\_\_.

b) Dia e Horário de entrega:

( ) de segunda a sexta-feira

( ) todos os dias

( ) exceto feriado

( ) inclusive feriado

( ) inclusive finais de semana

( ) no horário das \_\_\_\_\_ horas às \_\_\_\_\_ horas.

Outros:\_\_\_\_\_

c) Prazo para entrega:

I) \_\_\_\_\_ horas, contado da solicitação formal do TJDF?T;

II) \_\_\_\_\_ dias, contado da solicitação formal do TJDF?T;

( ) úteis;

( ) corridos - não úteis

III) \_\_\_\_\_ meses, contado da solicitação formal do TJDF?T;

IV) \_\_\_\_\_ ano, contado da solicitação formal do TJDF?T.

d) Prazo de análise pela unidade técnica da amostra apresentada:

I) \_\_\_\_\_ horas, contado da solicitação formal do TJDF?T;

II) \_\_\_\_\_ dias, contado da solicitação formal do TJDF?T;

( ) úteis;

(\_) corridos - não úteis.

e) Contato do servidor para quaisquer dúvidas e esclarecimentos técnicos:

I) Nome e matrícula: \_\_\_\_\_

II) Telefone: \_\_\_\_\_

III) E-mail: \_\_\_\_\_

IV) Horário de atendimento: \_\_\_\_\_

V) Outros: \_\_\_\_\_

f) Critérios técnicos e objetivos da avaliação e aceitabilidade da amostra: \_\_\_\_\_.

g) Outros: \_\_\_\_\_.

## 28. SUBCONTRATAÇÃO

28.1. Ao vencedor do certame será permitido ceder partes do serviço ou do fornecimento contratado para um terceiro?

28.1.1. ( ) Não. Prossiga para o **Item 29 – Do Tratamento de Dados Pessoais - LGPD**.

28.1.2. (X) Sim. Considerações

28.1.2.1. Justificativa técnica a definir, de modo claro e objetivo, a) as particularidades do objeto, bem como a realidade de comercialização da solução no mercado; b) os limites autorizados para a subcontratação; c) os requisitos de habilitação que deverão ser comprovados pela subcontratada, que se mostrem indispensáveis para demonstrar a capacidade e idoneidade para realizar a parcela a ser subcontratada:

1. É permitida a subcontratação parcial do serviço de manutenção mensal do UPS e dos aparelhos de ar-condicionado da sala técnica na porcentagem de 25% do valor global da licitação.

1.1 A empresa subcontratada deverá preencher os mesmos requisitos de qualificação técnica exigidos neste edital, bem como deverão comprovar, perante o TJDF, que tem habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista exigida neste edital. Além do mais, a subcontratada deverá comprovar capacidade técnica para a parcela que se pretende subcontratar. A CONTRATADA é responsável pela apresentação dessa documentação.

## 29. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

29.1. Nos termos do item 31 do Parecer CJA 440 (2143310), com relação à aplicação das disposições da Lei n. 13.709/2018 (LGPD), ressalta-se a necessidade de a unidade gestora realizar uma análise pontual em relação ao conteúdo a seguir disponibilizado, verificando se há a necessidade de sua modificação ou não, evitando-se a aplicação de modo indiscriminado da Cláusula Padrão. Em caso positivo, torna-se imprescindível detalhar, de modo objetivo e claro, o conteúdo a ser estabelecido em edital, para atender às exigências estabelecidas na Lei n. 13.709/2018, as quais serão submetidas posteriormente à avaliação jurídica.

29.1.1. Cláusula padrão para os contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra e contrato de operacionalização do Programa de Estágio do TJDF (2198169).

29.1.2. Cláusula padrão simplificada para as demais contratações (2198169).

29.2. Há necessidade de modificação das cláusulas padrão acima?

29.2.1. (X) Não. A cláusula padrão atende ao objeto da contratação.

29.2.2. ( ) Sim. Detalhamento: \_\_\_\_\_

### 30. CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS COMPLEMENTARES

- Caderno de Especificações Técnicas I - Nobreak, Banco de Baterias e Outros Componentes da Instalação 3588156
  - Anexos do Caderno I - Plantas baixas das salas técnicas dos UPS 3588149
- Caderno de Especificações Técnicas II - Instalação e Comissionamento 3588156
- Caderno de Especificações Técnicas III - Garantia e Manutenção 3588171
- Caderno de Especificações Técnicas IV - Lista de Aparelhos de Ar Condicionado 3588175
- Modelo de Gestão do Contrato - 3061537

### 31. INDICAÇÃO DE MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO

31.1. Equipe de Apoio (art. 8º, §§ 1º e 4º, Lei 14.133/2021):

<b>Titular</b>	<b>Nome:</b> Frederico Branquinho Teixeira	<b>Matrícula:</b> 319338
<b>Substituto</b>	<b>Nome:</b> Felipe Pradera Resende	<b>Matrícula:</b> 316565

Observação: **Equipe de Gestão Contratual:** a indicação dos servidores que irão compor a Equipe de Gestão Contratual deverá ser realizada no **Formulário de Indicação de Gestores e Fiscais de Contrato**, disponível no SEI, antes do início da execução do contrato.

### 32. REGIME DE EXECUÇÃO

Fornecimento e prestação de serviço associado (com base no inciso XXXIV do Art. 6º da Lei 14.133/2021).

### 33. DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1. A assinatura deste documento por Integrantes da Equipe de Planejamento, Equipe de apoio, Gestor(a) da unidade responsável, Subsecretário(a) ou Coordenador(a) e pelo(a) Secretário(a):

32.1.1. Atesta a ciência expressa de sua indicação e das suas respectivas atribuições como integrantes de Equipe de Planejamento.

32.1.2. Certifica a pesquisa de preços realizada.

32.1.3. Atesta ciência dos servidores quanto à indicação para compor a Equipe de Apoio.

31.1.4. Atesta ciência de atendimento ao Art. 125 – III do RIA ( *declaração expressa do autor das planilhas orçamentárias quanto à compatibilidade dos quantitativos e dos custos delas constantes, com os quantitativos e os custos do projeto de engenharia*).

31.1.5. Atesta ciência de atendimento ao Art. 47-A, § 3º, II , ratificação da pesquisa de mercado pelo Secretário, Subsecretário, gestores de área e gestores do contrato.

31.1.6. Atesta ciência de atendimento ao Art. 66 do RIA pelos gestores de contrato.

31.1.7 Atesta ciência de atendimento ao artigo 65-A, § 1º, I ( *I — ciência expressa dos servidores quanto à indicação, nos autos do processo, bem como quanto ao disposto neste Regimento*).

NUMAE, assinado eletronicamente na data abaixo consignada.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Branquinho Teixeira, Supervisor(a)**, em 05/09/2024, às 16:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Pradera Resende, Supervisor(a)**, em 06/09/2024, às 16:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Silva Magalhaes, Coordenador (a)**, em 06/09/2024, às 18:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&lang=pt\\_BR&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3934282** e o código CRC **D5D45372**.